

A vida social das Colchas e outros bens indo-portugueses: seus usos e valor para lá do comércio (séculos XVI-XVIII)¹

The social life of 'Colchas' and other Indo-Portuguese assets: Uses and value beyond trade (XVI-XVIII centuries)

LUÍS FREDERICO DIAS ANTUNES²

Universidade de Lisboa / Lisboa, Portugal

RESUMO: O valor estético dos têxteis, das cerâmicas e do mobiliário de origem asiática tem sido tema de estudo privilegiado em círculos historiográficos específicos, nomeadamente em ensaios e estudos monográficos elaborados por especialistas de história da arte, frequentemente incluídos em catálogos de exposições e em outras publicações periódicas relacionadas com os acervos museológicos, com o património artístico, ou com o restauro e a conservação de colecções próprias. No entanto, apesar do crescente interesse que suscitam em determinados ambientes historiográficos, os objectos asiáticos continuam sendo pouco analisados no seu exacto contexto histórico e social, ou seja, enquanto peças de uso funcional e valor patrimonial, e também enquanto bens de aparato social e de preservação da memória individual e das antigas e actuais casas de família portuguesas. É precisamente a perspectiva da "Índia portas a dentro" – a que encerra as infra-estruturas materiais da vida quotidiana e do acúmulo patrimonial dos interiores de residências seiscentistas e setecentistas, com especial destaque para as colchas indianas – que importa realçar neste artigo. Uma perspectiva que, tendo em conta a carência crónica de têxteis no país, entenda o intercâmbio mais intenso e amplo com os principais centros de exportação têxtil da Europa média para Portugal, no século 15, como um passo natural na procura de têxteis asiáticos que do ponto de vista formal e plástico ofereciam soluções estéticas mais sofisticadas, sobretudo após a chegada dos portugueses à Índia e o reforço de uma rede transcultural e intercontinental de múltiplas conexões económicas e culturais ao longo dos séculos 17 e 18.

1. Este trabalho foi financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto "Marfins africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos", PTDC/EPHPAT/1810/2014.

2. Professor Doutor do Centro de História da Universidade de Lisboa. E-mail: <luisfredantunes@netcabo.pt>. Agradeço à Professora Doutora Maria João Pacheco Ferreira algumas preciosas informações e textos publicados. Entretanto, em 2016, foi publicada uma obra magnífica de Barbara Karl, intitulada *Embroidered Histories. Indian textiles for the Portuguese market during the sixteenth and seventeenth centuries*, Bohlau Verlag, Wien, Köln, Weimar, que apanhou este pequeno artigo em fase de conclusão, razão pela qual, infelizmente, não pode beneficiar do seu contributo.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura material. Colchas indo-portuguesas. Tecidos indianos. Marfim. Mercadorias asiáticas.

ABSTRACT: The aesthetic value of textiles, ceramics and furniture from Asia became a popular study subject in specific historiographical circles, especially in essays and monographic studies developed by art history specialists, often included in exhibition catalogues and other journals related to museum collections, artistic heritage, or restoration and conservation of private collections. However, despite the growing interest they arouse in certain historiographical circles, Asian objects are still seldom analyzed in their exact historical and social framework, i.e., as pieces with a functional use and a patrimonial value, as well as social and economic assets to display and preserve the individual memory and the memory of old and current Portuguese households. The prospect that will be highlighted in this article is the idea of an “India through the gates”, which includes the material infrastructures of both the daily life and the accumulation of assets inside 17th and 18th century households, particularly considering the Indian Colchas. Given the chronic shortage of textiles in the country, this prospect may represent the most intensive and wide ranged trading activity with the main textile export centers from central Europe to Portugal, in the 15th century, as a natural step in the pursue of Asian textiles. From a formal and plastic point of view, these textiles provided more sophisticated aesthetic solutions, especially after the arrival of the Portuguese in India and the strengthening of a transcultural and transcontinental network with multiple economic and cultural connections, throughout the 17th and 18th centuries.

KEYWORDS: Material culture. Indo-Portuguese colchas. Indian textiles. Ivory. Asian goods.

A noção de que a cultura portuguesa, na sua forma de conceber, organizar e viver a vida, conserva memórias e traços de natureza material e espiritual da Índia e do Extremo Oriente é, sem dúvida, um estereótipo bastante difundido. E na verdade muitos são os indivíduos e as famílias portuguesas que ainda hoje guardam laços dessas ligações à Ásia, laços da herança cultural, de nascimento ou de origem familiar ou afectiva, e laços da cultura material frequentemente constituídos por bens cuidadosamente guardados para serem legados às gerações seguintes. De igual modo, do ponto de vista sociocultural, muitos são os museus portugueses cujos acervos de arte asiática conservam e divulgam a riqueza e a pluralidade de culturas e reflectem a ideia de prosseguir as antigas tradições portuguesas de manter e construir novos vínculos com a Ásia.

Ora, como se sabe, o valor estético dos objectos de cerâmica e de marfim, do mobiliário e dos têxteis bem como de outras categorias específicas de origem asiática tem sido tema de estudo privilegiado em círculos historiográficos específicos, nomeadamente em ensaios e estudos monográficos elaborados por especialistas de história da arte, frequentemente incluídos em catálogos de exposições e em outras publicações periódicas relacionadas com os acervos museológicos, com o património artístico, ou com o restauro e a conservação de colecções próprias. No entanto, apesar do crescente interesse que suscitam em determinados ambientes historiográficos, os objectos asiáticos continuam sendo pouco analisados no seu exacto contexto histórico e social, ou seja, enquanto peças de uso funcional e valor patrimonial, e também enquanto bens de aparato social e de preservação da memória individual e das antigas e actuais casas de família portuguesas.

É precisamente a perspectiva da “Índia portas a dentro” – a que encerra as infra-estruturas materiais da vida quotidiana e do acúmulo patrimonial dos interiores de residências seiscentistas e setecentistas, com especial destaque para as colchas indianas – que importa realçar neste artigo. Uma perspectiva que, tendo em conta a carência crónica de têxteis no país, entenda o intercâmbio mais intenso e amplo com os principais centros de exportação têxtil da Europa média para Portugal, no século 15,³ como um passo natural na procura de têxteis asiáticos que do ponto de vista formal e plástico ofereciam soluções estéticas mais sofisticadas, sobretudo após a chegada dos portugueses à Índia e o reforço de uma rede transcultural e intercontinental de múltiplas conexões económicas e culturais ao longo dos séculos 17 e 18.

AS PRIMEIRAS COLCHAS E TECIDOS DE LUXO INDIANOS NA CORTE (1500-1550)

A imagem da Ásia e a representação das suas diferentes culturas chegou-nos em diferentes suportes, muito particularmente através das mais variadas formas, qualidades e padrões de tecidos indianos, tanto em colchas e lençóis de Cambaia, como em tapetes e alcatifas turcas e persas, bem como em outros artigos de luxo que, gradualmente, se tornaram mais frequentes, sobretudo nas residências da fidalguia portuguesa e do resto da Europa. Nos finais de quatrocentos, o conhecimento europeu da Ásia era ainda relativamente escasso. O pouco que se sabia era fruto de notícias recolhidas nas viagens pelas rotas da seda que, desde o século 2 a.C., ligavam o Extremo Oriente à Europa, mas também das notícias que tinham origem nos relatos de missionários e de comerciantes que se movimentavam pelas rotas interasiáticas. No essencial, tudo se resumia a um repertório de notas históricas, informações culturais, económicas e religiosas sobre

4. Herculano e Paiva (1861, p. 59).

5. Correia (1858-1866, p. 287).

6. Cf. Antunes (1996), Chittick (1983), Freeman-Grenville (1975), Mathew (1963) e Rita-Ferreira (1982).

7. Karl (2011, p. 303).

a Ásia, e de relatos sobre o comércio no Oriente, concentrado sobretudo em Roma, Veneza e Génova e com difusão bastante limitada. Evidentemente, a troca de mercadorias e ideias numa Europa em expansão foi ganhando paulatinamente maior importância no contexto de uma rede que foi globalizando os seus contactos.

Quando os portugueses chegaram à Índia, no final do século 15, interessaram-se sobretudo pelo comércio das especiarias, que tentaram impor e desenvolver em regime de monopólio a favor da Coroa portuguesa. O próprio Vasco da Gama no regresso a Portugal, em 1498, trouxe uma pequena quantidade de pimenta e canela que, ainda assim, se calculava poder render nos mercados europeus sete vezes mais que o seu custo na Índia. No entanto, a qualidade e distinção dos tecidos de algodão indianos não tinham passado despercebidos à comitiva de Gama, quando esta foi recebida na corte do Samorim de Calecute.⁴

A importância cada vez maior dos têxteis indianos foi igualmente atestada após a segunda viagem à Índia, em 1502, depois de Vasco da Gama ter sido homenageado pelo sultão de Melinde com vários presentes diplomáticos. De acordo com Gaspar Correia,⁵ uns destinavam-se a si próprio, dos quais sobressai “hum catele de Cambaya, lavrado d’ouro e casca d’aljófar”; outros deveriam ser entregues a D. Manuel, nomeadamente “hum riquo colar de pedraria que valia dez mil cruzados”; e outros destinavam-se a mimosear a sua esposa, D. Maria de Aragão e Castela (r. 1500-1517), a saber:

huma arca chea de riquos panos de sortes [...] e hum sobreceo de cama lavrado branco, a mais sutil cousa feita d’agulha, que nunca outro tal fora visto, que fora feito em Bengala, terra onde se fazem cousas de agulha muy maravilhosas, que se depois virão.

Não é de estranhar a circulação de toda a casta de “panos da Índia” na costa oriental africana, na medida em que a presença asiática nessa região remonta a tempos muito anteriores à chegada dos portugueses ao Índico.⁶ O que parece necessário sublinhar é o facto de a colcha bordada, oriunda de Bengala e de excelente qualidade, ser o objecto adequado para se tornar uma oferta diplomática, aspecto que já Barbara Karl tinha assinalado, em artigo publicado em 2011.⁷

Naturalmente, desde muito cedo as colchas fizeram parte das encomendas régias vindas da Índia. A arca com uma enorme variedade de tecidos asiáticos e a colcha bengali oferecidas pelo sultão de Melinde terão agradado tanto a rainha D. Maria de Aragão e Castela que ela determinou prontamente que lhe trouxessem nas naus da Carreira da Índia diversas fazendas e outros objectos asiáticos, entre os quais se destacava uma colcha de pano branco, duas centenas de peças de porcelana chinesa e, ainda, um cofre dourado, cujos preços deveriam ser registados

no livro de contas de 1511, sob responsabilidade de João de Sá, tesoureiro da especiaria da Casa da Índia.⁸

D. Maria evidenciou uma afeição especial pelos bordados e pelas coisas exóticas do Oriente. Por vezes, oferecia-os a pessoas encarregadas da manutenção dos seus aposentos e com as quais partilhava muitos momentos do quotidiano, “num ambiente marcado por um clima de confiança” e até mesmo de afectividade: as duas principais camareiras, Elvira de Mendonça e Aldonça Soares. A esta ofereceu duas colchas.⁹

De igual modo, a rainha terá demonstrado interesse no modo de produção dos têxteis e dos bordados indianos de qualidade. Talvez isso explique o motivo pelo qual, entre as encomendas e os presentes que Afonso de Albuquerque lhe trazia da Índia em 1511, se contavam muitas mulheres extraordinariamente hábeis na costura e tecelagem.¹⁰ Lamentavelmente, nessa viagem de regresso de Malaca para Lisboa a nau *Flor do Mar* naufragou, tendo-se afogado as infelizes bordadoras indianas. Para a história ficou, no entanto, o enorme apreço que D. Maria e as cortes europeias nutriam pelo bordado indiano (figura 1).



Figura 1 – Colcha indo-portuguesa do século 17. Fonte: MNAA (1978).¹¹

8. Cf. Alvará... (1511).

9. Cf. Alvará... (1517). Isabel dos Guimarães Sá e Michel Combet (2012, p. 155).

10. Albuquerque (1973, p. 218-219).

11. «Colcha de algodão branco bordada a fio de seda azul claro e amarelo torrado em ponto de cadeia, ponto atrás e de nó com aplicação de cordão de “crochet” sobre pasta de algodão e forro de estopa. No painel central uma embarcação portuguesa com dois tripulantes e nos mastros, hasteadas bandeiras com a cruz de Cristo. Ornamentação floral. Monstros marinhos, figuras mitológicas e cavaleiros combatendo um dragão preenchem o campo. Na cercadura enrolamentos de decoração vegetalista e aos cantos génios marinhos tocando trombetas: Borlas e franja de seda nas cores do bordado». Aquisição do Museu Nacional de Arte Antiga em 1937, inventário nº 2164 (MNAA, [1937] 1978, p. 66). Todas as fotos foram gentilmente cedidas pela arquitecta Teresa Pacheco Pereira, Conservadora Assessora do Museu Nacional de Arte Antiga e responsável pelo Departamento de Têxteis. Agradeço, por isso, tão grande atenção e cortesia.

A partir da década de 1530, sobretudo após a tomada de Diu e Baçaim e das ligações mais frequentes com Bengala, os tecidos de algodão do Guzerate e de Bengala, entre os quais sobressaíam as colchas e os tapetes bordados, passaram a ser artigos cada vez mais procurados, não só para o comércio regional e internacional, mas também para uso próprio; os de maior qualidade eram utilizados nomeadamente na confecção de vestuário e na decoração de casas e palácios de portugueses residentes na metrópole, bem como em muitas das moradias e igrejas de Goa (figuras 2 e 3).

Nessa matéria, ao criticar a venalidade dos vedores da fazenda que na Índia tinham por missão administrar o património régio e a fazenda pública, o cronista Diogo do Couto acabou por revelar facetas interessantes da vida privada de funcionários superiores da administração portuguesa em Goa:

se entráis em casa destes veadores da fazenda, achar-lhes-eis a sala, a varanda cheia de alfaiates: uns a fazer colchas de seda e de bofetás, outros, acolchoados ricos; e lá mais dentro, na câmara, ourívezes a bater e fazer garrafas de prata, pichéis de obra da China, cadeias e braceletes pera as filhas e mulheres; guarnecer cofres de tartaruga, de prata e cascas de coco das ilhas; e, em baixo, nas lojas, dareis em torneiros e carpinteiros a fazer esquifes de muitas feições, e escritórios marchetados, guarda-roupas de marcenaria; de maneira que entráis em uma casa de contratação, e não já de veador de fazenda.¹²

Os guarda-roupas e as salas interiores mais reservadas dos paços da corte dos reis D. Manuel I (1495-1521) e D. João III (1512-1557) continham sobretudo objectos que espelhavam ainda a maneira de estar e de viver do paço europeu de épocas anteriores, embora já contivessem alguns artigos de grande qualidade, oriundos dos novos mundos ultramarinos, nomeadamente asiáticos. Muitos desses itens estavam guardados em arcas de couro, de madeira e de folha de flandres. Alguns podiam dar origem às primeiras grandes colecções europeias de artigos asiáticos, sobretudo nos casos em que os objectos exóticos despertavam maior curiosidade. A rainha D. Maria de Aragão e a infanta D. Maria, filha de D. Manuel e de D. Leonor de Castela, apesar do interesse que tinham pelos seus "tesouros", incluindo os objectos orientais, não foram propriamente coleccionadoras, até porque não pareciam se importar demasiadamente com a custódia e inventariação desses itens, por forma a protegê-los. D. Maria de Aragão, por exemplo, confessou que desconhecia o paradeiro de boa parte dos seus bens. Isso não lhe parecia incomodar nem estranhar, porque a mudança frequente do lugar dos objectos resultava, por vezes, no extravio natural. A sua camareira Aldonça Soares também não sabia onde estavam muitas das pérolas e aljôfares indianos pertencentes à rainha. Enquanto isso, a sua camareira-mor Elvira de Mendonça, responsável por supervisionar os seus "tesouros", não



13. Aquisição do Museu Nacional de Arte Antiga em 1996, inventário n° 4582.

14. Cf. Gschwend (1993, 1994, 1996, 1998).

Figura 2 – Colcha indo-portuguesa do século 17. Algodão e seda. Fonte: MNAA (1996).¹³

mantinha actualizados os livros de registo do património. Tais razões justificam, em parte, o desconhecimento da rainha em relação aos seus bens.

Pelo contrário, a rainha D. Catarina, mulher de D. João III, terá sido uma das maiores coleccionadoras de objectos asiáticos de grande raridade e interesse estético e cultural. A corte portuguesa foi, sem dúvida, um polo difusor desses objectos, no que se notabilizou D. Catarina: a rainha ofereceu inúmeras prendas oriundas do Império ultramarino a familiares seus da casa de Áustria, os quais residiam em vários países europeus.¹⁴

Por conseguinte, um conjunto de artigos asiáticos de luxo fez parte das infraestruturas materiais da vida quotidiana e do património relativo aos interiores de palácios e residências quinhentistas, aspecto que constitui o lado menos devassado e visível da vida dos seus proprietários. Ainda assim, parece evidente que só tendo em conta um certo despojamento no que respeita ao mobiliário dos palácios é que poderemos considerar relativamente frequentes as referências à presença de alcatifas bordadas a seda, reposteiros e cortinas, que serviam para cobrir pavimentos e para substituir ou dissimular portas interiores; de tapeçarias e panos de armar que ornamentavam as paredes nuas dos palácios, definindo novos

15. «Colcha [fragmento] de algodão bordada a seda “tussah” azul, em ponto de cadeia e ponto atrás. Cenas bíblicas, caçadas e personagens trajando à moda portuguesa do século XVII preenchem as várias faixas e a cercadura». Aquisição do Museu Nacional de Arte Antiga em 1960, inventário nº 3750 (MNAA, [1960] 1978, p. 65).

16. Pinto (1995, p. 180-181).

17. Bluteau (1721, v. 2, p. 367).

18. Silva (1789, v. 2, p. 95).



Figura 3 – Colcha indo-portuguesa do século 17. Algodão e seda. Fonte: MNAA (1960).¹⁵

equilíbrios entre espaços e separando salas; e, ainda, de colchas indianas e indo-portuguesas de diversas origens e qualidades que cobriam camas e forravam, por exemplo, os dosséis dos leitos e a armação das liteiras. É verdade que sobre a questão da serventia e da função a que se destinavam os objectos, os principais especialistas na matéria entendem que são as grandes dimensões dos *panos de armar* ou *guarda-portas* e sobretudo os assuntos que neles aparecem representados que os distinguem das colchas. As colchas definir-se-iam, então, por serem enormes tecidos bordados, e cujo significado corresponderia à sua função.¹⁶

As fontes portuguesas registam em vários contextos a presença de colchas, quer fossem de origem indiana ou indo-portuguesa. A definição do vocábulo parece importante, na medida em que dá indicações para se perceber a que espécies de tecidos se referiam os documentos e a que usos se destinavam. No *Vocabulário portuguez e latino* impresso em 1712, o padre Raphael Bluteau definiu colcha como sendo um “cobertor de cama, sem lâ lavrado, e pesponteado, com embutidos de algodão”.¹⁷ No final do século, em 1789, aquele *Vocabulário* reformado e acrescentado por António de Moraes Silva, define colcha como sendo um “cobertor da cama lavrado, de seda, ou algodão, chitas”.¹⁸ As colchas

parecem, pois, estar sobretudo identificadas com as cobertas de cama embutidas, isto é, estampadas. No entanto, sabemos que ao longo do tempo as colchas não serviram apenas como cobertas, mas também como cortinas, baldaquinos, panos de parede e, em circunstâncias precisas, presumivelmente como tapetes.

A verdade é que a definição de colcha indo-portuguesa está longe de ser unívoca. Não me parece que caiba aqui discorrer sobre a história e o significado do termo indo-português, sobretudo porque muitos historiadores da arte o fizeram, decompondo “geneologicamente” o uso do termo em diferentes contextos. Ainda assim, convém sumariar os principais eixos da discussão e alguns dos autores que fundamentaram a historiografia desse conceito, por forma a enquadrar o tema das colchas indo-portuguesas.

O termo indo-português foi utilizado pela primeira vez no final do século 19 para referir de forma geral a produção artística realizada no âmbito das relações envolvendo Portugal e Índia entre os séculos 16 e 18 e, em particular, o mobiliário associado aos contadores e outros móveis com embutidos. Com esse amplo significado, o termo incluía as peças produzidas na Índia (sobretudo em Goa) por artífices nativos, ou em Portugal, segundo a influência indiana e o uso de matéria-prima desse continente.¹⁹ Depois, entre as décadas de 1930 e 1960, diversos historiadores da arte abordaram mais detalhadamente a arte indo-portuguesa definindo o seu estilo como resultado de uma arte indiana adaptada às preferências da cultura europeia e aos métodos utilizados para a sua materialização.²⁰ De igual modo, esses especialistas estabeleceram uma relação entre a arte indo-portuguesa e o espaço geográfico onde esta era produzida, sobretudo Goa, ao mesmo tempo que, no caso dos bordados têxteis e dos materiais usados no mobiliário, identificavam a existência de outros importantes centros de produção de peças de inspiração e espírito decorativo asiático com temáticas e formas orgânicas portuguesas, nomeadamente na China e no Japão.²¹

Em meados do século passado a conservadora dos Museus Nacionais Maria José de Mendonça informava-nos acerca do que se publicava sobre as peças indo-portuguesas.²² Na nota introdutória do catálogo, Mendonça indicou de forma expressiva os fundamentos que no essencial justificaram a organização da 5ª exposição temporária do Museu de Arte Antiga, consagrada às colchas bordadas: “Uma das manifestações mais interessantes de arte industrial, provocada pelo contacto dos portugueses com os povos do Oriente, é constituída pelas colchas bordadas chamadas indo-portuguesas”, e prosseguiu revelando abertamente as dificuldades e ambiguidades na definição da expressão indo-português: “O significado do termo apresentou-se vago desde o início e, na generalidade, tem sido aplicado a colchas em que aparecem motivos de carácter

19. Robinson (1881, p. 6); Vasconcellos e Gomes (1883, p. 12); Viterbo (1883, p. 547-558).

20. Couto (1983, p. 35-49) e Keil (1940, p. 161-171).

21. Curvelo (2008, 2013, p. 5-25), Ferreira (2005, 2007, 2008, 2009), Romero (2013) e Santos (1962, p. 2-4).

22. Cf. Mendonça (1949).

23. Mendonça (1945, p. 7).

24. Silva (1966, p. 10-11) e Irwin (1955, p. 386-388).

25. Cf. Ferreira (2009).

26. Karl (2016).

27. Cf. Cardoso (2009), Correia-Afonso (1994, p. 101-112), Dias (2014, p. 339-450), Miranda (1995), Osswald (1996) e Silva (2016, p. 166-167 e 222-223).

28. Reis (2014, p. 192-203); cf. Pinto (2016).

oriental e europeu, seja nos elementos ornamentais, seja nos temas e cenas representadas".²³ Já na década de 1960, Madalena Cagigal e Silva estabelecia o indo-português em estilo próprio que se identificava pela conciliação de ingredientes indianos e portugueses ou europeus, resultante da confluência de múltiplas formas decorativas e da inclusão de diferentes motivos, técnicas e materiais que foram sujeitas a formulários e abordagens específicas, de acordo com as exigências e gostos dos que encomendavam as obras de arte. Assim definido, o termo indo-europeu recaía sobretudo nos aspectos decorativos, uma noção oposta à de John Irwin, que o entendia mais numa perspectiva técnica.²⁴

São, como facilmente se percebe, muitos os historiadores e especialistas da arte, portugueses e estrangeiros, que ao longo de mais de um século utilizaram e fixaram em espécie de cânone a expressão e o conceito indo-português no contexto da arte portuguesa da expansão ultramarina.

Mais recentemente, como assinalou Maria João Ferreira, o termo tem sido refutado pelos especialistas, em favor de outra proposta distintiva: "a da produção indiana de exportação para o mercado português".²⁵ Veja-se a propósito, no caso das colchas, a opinião de Barbara Karl, expressa na excelente obra *Embroidered histories*.²⁶ No entanto, essa proposta específica não parece contemplar o facto de uma boa parte desse tipo de produção artística não ter sido exportado, nem explica exactamente o facto de a referida expressão "clássica" (no sentido em que fixa um legado) continuar a ser largamente utilizada e difundida em diversos géneros artísticos, mesmo entre os especialistas indianos.²⁷ Daí que o debate prossiga "tomando sempre novas qualidades", sobretudo entre os historiadores de arte.

Neste estudo realçamos o importante artigo de Carla Alferes Pinto, que, opondo-se às posições de Cagigal e Silva expostas em *A arte indo-portuguesa*, explica a necessidade de o poder político colonial fazer a "reconfiguração do indo-português em categoria artística [...] através da narrativa que associava a ideia da heróica gesta descobridora dos Portugueses", que ocorreu na década de 1960, precisamente em um contexto de afirmação nacionalista no panorama internacional.²⁸ Pinto resenha meticulosamente os antecedentes históricos do termo indo-português e os principais circuitos de exibição internacional da representação artística de Portugal nos quais eram expostas inúmeras peças oriundas do Império ultramarino, por forma a fundamentar como a utilização do termo, do estilo indo-português e a arte estiveram ao serviço do Império e do poder colonial vigente. Sem dúvida. No entanto, pouco acrescenta no que respeita à clarificação do conceito.

Resta perseverar no sentido de contribuir para a definição de um conjunto de aspectos formais e recursos expressivos que permitam caracterizar e identificar

a arte indo-portuguesa, a arte produzida em determinado período histórico, em uma dada região, integrando-a em uma corrente estética específica que se manifesta, por exemplo, na forma de dizer, escrever, compor, pintar, esculpir, costurar, etc. As crônicas da época, a descrição do quotidiano dos viajantes, a análise da documentação primária dão a conhecer a força das culturas indianas e a miscigenação artística e cultural resultante da presença colonizadora e missionária e das relações comerciais, com enorme influência local.

Percebe-se que, a despeito das naturais diferenças, a designação foi basicamente utilizada para denominar as obras de arte produzidas no contexto das relações económicas, sociais e culturais de Portugal com a Índia entre os séculos 16 e 18. Essas peças de arte, não obstante as funções a que se destinavam, apresentavam traços mais ou menos reveladores da presença colonizadora e missionária e do enorme cruzamento das culturas indiana e europeia no que respeita às referências estéticas, aos repertórios iconográficos e iconológicos e às técnicas e materiais utilizados. Considera-se, portanto, a designação que dá importância ao local de fabrico das peças e, de igual modo, aos aspectos artísticos e culturais que lhes estão implícitos.

As colchas, pela sua especificidade, formam conjuntos cuja coerência as faz sobressair de outros tipos de colecções concebidas de acordo com os materiais e as técnicas utilizadas na sua produção ou pela função. Indiscutivelmente, por razões diversas, as colchas indo-portuguesas bordadas ou estampadas ganharam autonomia em relação a outros objectos intimamente ligados ao uso doméstico. Para além da sua óbvia função de coberta da cama, um grande número delas vivia pelo seu valor narrativo e estético, relegando a função inicial para uma posição em certa medida, subalterna. Na realidade, o que a documentação nos indica é que as diferenças entre colchas e panos de armar foram de certa forma ténues.

No inventário da casa de D. João III em 1534²⁹ são frequentes as referências a artigos de origem chinesa, nomeadamente têxteis, cuja influência nas artes decorativas de Seiscentos parece ter sido notória.³⁰ Muitos desses itens terão sido seguramente objecto de encomendas privadas, nomeadamente as bandeiras coloridas de damasco e de tafetá da China, umas com a representação dos castelos de ouro e das quinas de Portugal, outras com a reprodução da cruz de Cristo, para além de inúmeras peças de cetim e de escumilha fina e transparente. Surpreendentemente, não existem muitas menções a artigos de proveniência indiana no referido inventário. Do continente apenas encontramos arroladas uma preciosa jóia de ouro com feitio de coração que tinha no centro um jacinto da Índia encastado, juntamente com 25 rubis e 25 grãos de aljófar,

29. Freire (1910, p. 261-280 e 367-390).

30. Cf. Ferreira (2013).

31. Freire (1910, p. 264 e 279).

32. Aubin (1971, p. 40).

33. Freire (1904, p. 381-417).

34. Biblioteca da Ajuda (s.d.), f. 49-81).

35. Rau (1947, p. 63).

e “huua tenda de panos de seda da Imdea, o capelo e a aba tudo bamdado e atorçelado, forrada toda de bocasy (entretela)”.³¹ Essa armação de tecido era, muito provavelmente, uma lembrança enviada por um soberano indiano à corte portuguesa, facto que parece não ter sido invulgar, na medida em que se sabe que, ao longo da história, outros pavilhões teriam sido igualmente oferecidos a emissários representantes do Estado português na Ásia. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando em 1696 o governador da província de Lara, na Pérsia, Abbasqoli Khan, ofereceu duas “tendas de campanha para as armar no caminho” a Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, emissário português da embaixada dirigida ao Shah Soltein Hosseyn.³² Podemos, no entanto, pela analogia com a terminologia utilizada no inventário de D. Manuel,³³ entender o paradoxo da ausência de referências específicas a objectos indianos no inventário da casa de D. João III, e concluir com um certo grau de segurança que muitos dos panos que constam do inventário seriam de origem indiana.

O *Livro da Recamara dos Reis D. João III de Portugal e de D. Catarina* confirma, entretanto, a fruição de artigos de luxo asiáticos, em particular os provenientes da Índia. Assim, juntamente com “7 camas de brocado, seda e pano” e 16 cobertores de pano e seda, alguns deles de origem asiática, e, lado a lado com inúmeras peças de porcelana chinesa e valiosas tapeçarias persas e indianas, conseguimos ainda descobrir, arrumados nos aposentos mais íntimos e nos guarda-roupas da rainha, um conjunto de 27 colchas, oito das quais de brocado e seda da Índia e sete de tafetá; 29 cortinas da Índia, umas de brocadilho, outras de tafetá, outras ainda de pano pintado, ou de tafecira (um tecido indiano semelhante à chita, listrado ou com ramagens, de seda ou de algodão, produzido sobretudo no Guzerate) e de seda crua; uma almofada de banco ou genuflexório, feita de telilha, um pano de prata e ouro da Índia que era utilizado na estante; dois dosséis de brocado e seda da Índia, um deles “de seda amarella [...] lavrado de seda vermelha, em lavores de brocado”; e, ainda, várias bocetinhas e “um sombreiro de tafetá azul e vermelho” de origem oriental que, no exterior, protegia da intensidade da luz e do calor solar.³⁴

Curiosamente, quase um século depois percebemos que quando D. Catarina de Bragança viajava, uma das camas que a acompanhava achava-se decorada com tecidos e colchas indianas. Com efeito, pelo menos uma das “armações de cama para jornada de droga da Índia” possuía “cobertura por cima dos colchões com suas quedas [...] com capa da mesma droga”.³⁵

No essencial, parecem existir dois tipos de motivação para adquirir artigos considerados de luxo. O primeiro diz respeito à auto-satisfação, ao prazer que determinado objecto de excepcional qualidade proporciona devido à sua

beleza. Trata-se de uma motivação íntima cuja fruição é geralmente apreciada de forma privada. O segundo tipo é de carácter simbólico e remete para o significado social do objecto. As colchas indianas e outros produtos asiáticos de luxo, independentemente das diferenças de qualidade, assinalam a posição hierárquica, o poder económico e, em alguns casos, o bom gosto (figuras 4 e 5). Obviamente, a diferença entre esses dois tipos de motivação para adquirir artigos de luxo não é tão profunda. Eles se confundem porque o principal objectivo de quem compra e utiliza tais itens é difundir para os outros uma imagem positiva a seu respeito.

Em termos genéricos, pode-se dizer que alguns objectos de exibição pública, como jóias e outras peças acessórias de vestuário, tendem a ser comprados mais pelo seu aspecto emblemático do que pelo bem-estar e prazer que proporcionam, na medida em que são artigos de ostentação, para serem exibidos aos demais. De igual modo, alguns artigos de uso privado, nomeadamente os objectos de decoração e conforto do lar – entre os quais se contam móveis, tapetes, colchas indo-portuguesas e outras fazendas asiáticas usadas para revestir paredes e adornar pisos –, eram geralmente adquiridos pela comodidade e pelo deleite que proporcionavam não só aos proprietários, mas também a um grupo reduzido de pessoas que pertencia ao círculo íntimo da casa.



Figura 4 – Colcha indo-portuguesa. c. 1600. Fonte: MNAA ([1945] 1978a).³⁶

36. Colcha de algodão branco bordada a seda amarela em ponto de cadeia, ponto atrás e de nó. No medalhão central o pelicano, e nas faixas circundantes ornatos florais, cavaleiros e tigres perseguindo gazelas. Motivos vegetalistas, pavões e cenas de caça preenchem o resto do campo. Nos painéis dos cantos, cenas mitológicas. A cercadura apresenta ornatos vegetalistas formando enrolamentos e personagens nos cantos. Aquisição do Museu Nacional de Arte Antiga em 1945, inventário n° 2282 (MNAA, ([1945] 1978a, p. 66).

AS COLCHAS, OS TECIDOS E OUTRAS MERCADORIAS ASIÁTICAS EM CASAS DE MERCADORES E DE OUTROS INDIVÍDUOS DA BURGUESIA (SÉC. 17 E 18)

O processo de expansão ultramarina contribuiu de diversas formas para a construção do Estado moderno e para a modernização da economia e da estrutura política. Lisboa conheceu um desenvolvimento significativo, tornando-se o centro do governo e da administração e o principal porto de entrada de mercadorias americanas, africanas e asiáticas no Reino. Na transição para o século 17, Lisboa testemunhou um crescimento demográfico notório. De cerca de 100 mil habitantes em meados do século 16, passou para 120 mil em 1590, 165 mil em 1620 e 180 mil no início do século 18, sendo “apenas ultrapassada por Paris, Nápoles, Milão e Veneza (e estando a par de Granada e Praga)”.³⁷

A entrada regular e em maior quantidade de mercadorias asiáticas nos mercados europeus transformou progressivamente os hábitos de consumo e de comportamento de indivíduos que não pertenciam à corte régia e ao pequeno círculo que dela dependia. Os comerciantes nacionais e estrangeiros que participaram no financiamento e organização dos empreendimentos ultramarinos, bem como muitas outras pessoas que de algum modo beneficiaram com esses negócios, passaram também a consumir especiarias, sobretudo pimenta, cravo, canela e noz-moscada, e a adquirir bens dispendiosos, nomeadamente pérolas e aljôfares, porcelanas, marfim, madeiras, peças de seda e algodão, que alimentaram uma indústria artesanal de luxo em Lisboa que ia desde a ourivesaria à marcenaria, passando pelas oficinas de fabrico e de restauro de adornos e vestimentas.

Os têxteis asiáticos foram uma das mais importantes e valiosas exportações do antigo Estado da Índia Portuguesa. Goa e os territórios de Diu, Damão e Baçaim, no Guzerate, tinham estabelecido intensos contactos comerciais e diplomáticos com o Império Mogol, que, como se sabe, sobretudo a partir do reinado de Akbar (1542-1605), construiu fábricas em Fatehpur Sikri, Agra, Lahore e Ahmedabad, de onde saíram têxteis de luxo de forte influência otomana e safávida. A propósito da produção têxtil do Guzerate, Duarte Barbosa (1518) começa por nos informar de forma genérica que no reino de Cambaia

se fazem muitos panos d’algodão brancos delgados e grosso e outros pintados de todas as sortes, deles tecidos, e outros pintados depois em forma, e assi muitos panos de seda de muitas cores e feições, chamelotes de seda e veludos baxos de todas as cores e satins evelutados pintados, tafetás, alcatifas de todas cores grossas.

Em seguida, especifica que na cidade de Cambaia “se fazem fermosas colchas e ceos de camas de sotis valores e pinturas e roupas de vistir acolchoadas”;

e, ainda, que os que aí vivem se passeiam em grandes carretas “paramentadas de panos de seda, e dentro seu estrado de colchas de seda”.³⁸ Da mesma forma, os têxteis de Cambaia de todas as qualidades, frequentemente denominados em sentido lato de “panos da Índia”, foram essenciais à dinâmica mercantil no mundo Índico. Tomé Pires refere que “Cambaia lança dois braços: com ho direito aferra Adem, e com o outro Malaqua como navegações mais principaes”, portos com os quais transaccionam todo o tipo de sedas e mais de vinte qualidades de algodão.³⁹ Com efeito, os “panos da Índia” de pior qualidade constituíram o pano-moeda indispensável para o comércio de marfim e para o tráfico de escravos na África oriental.⁴⁰ Esses panos e os têxteis de algodão e seda de melhor qualidade, tornaram-se igualmente necessários para o negócio das especiarias do sueste asiático. Muitos outros viajantes europeus que passaram pelo Guzerate no início do século 17 confirmam a enorme qualidade dos tecidos indianos, sua importância no comércio asiático e a crescente procura europeia de têxteis, tecidos bordados e pintados de algodão e de seda, chitas, veludos, tafetás e tapetes de várias origens e materiais.

A importação de têxteis indianos em Portugal foi uma realidade que não passou despercebida a frei Nicolau de Oliveira. No *Livro das Grandezas de Lisboa*, de 1620, frei Nicolau informa que não havia nau da Índia que não chegasse a Lisboa com pelo menos quatrocentas colchas finas, bordadas e estofadas a seda, outras tantas alcatifas e cobertores de seda lavrados a ouro e uma infinidade de caixas com os mais variados tecidos indianos, mercadorias que proveram as lojas e as oficinas que na capital se ocupavam especificamente dos têxteis e da porcelana vindas da Índia.⁴¹

Os testamentos e inventários *post-mortem* dos séculos 17 e 18 confirmaram, no essencial, muitas das informações de Nicolau de Oliveira sobre as transformações económicas e sociais importantes ocorridas em Lisboa. A saber, negociantes nacionais e estrangeiros, agentes de grandes mercadores e banqueiros internacionais, marinheiros e tripulações de navios transoceânicos, militares e funcionários coloniais, bem como artífices especializados, foram apenas alguns elementos de grupos sociais que, de algum modo, beneficiaram com o afluxo de ideias, pessoas e mercadorias ultramarinas a uma cidade onde crescia o consumo, incentivado pelo aumento de população e de riqueza. A posse de bens materiais de origem indiana e chinesa, por exemplo, passou a não estar confinada apenas a membros da aristocracia titulada, embora permanecessem diferenças evidentes entre o consumo da nobreza, tradicionalmente mais abastada, e o daqueles que, não possuindo “árvore genealógica”, tinham enriquecido recentemente e queriam assemelhar-se à fidalguia, para ascender a patamares sociais mais elevados.

38. Barbosa (1996, p. 208-212).

39. Cortesão (1978, p. 199-200).

40. Cf. Antony (2004), Antunes (2006, p. 137-164) e Silva (2011).

41. Ferreira (2014, p. 72-78) e Oliveira (1991, p. 461-462).

42. Cf. Crespo (2012) e Monteiro (2012).

43. Cf. Freyre ([1936] 2013, cap. IX).

44. Cf. Almeida (2009).

45. Weatherill (1993, p. 206).

Não é, pois, inusitado encontrar referências a móveis asiáticos, porcelanas chinesas e tecidos asiáticos, nomeadamente, tecidos chineses bordados a ouro e seda, bem como colchas e cobertas de algodão indiano pintadas, nos testamentos e inventários de indivíduos que se situavam na faixa média da hierarquia social e viveram nos séculos 17 e 18.⁴²

Os inventários de famílias de negociantes de grosso trato, por exemplo, revelam amiúde a extensão das redes mercantis e a pluralidade de relações sociais que requiere a complexidade do mundo das trocas, através das quais os objectos asiáticos valiosos foram difundidos pelos principais capitais e mercados europeus bem como os espaços do Império português.⁴³

Tomemos, pois, os casos de Fernão Rodrigues Penso, Diogo Chaves e António Mogadouro, todos cristãos-novos, influentes banqueiros e grandes mercadores envolvidos no comércio internacional na segunda metade do século 17.⁴⁴

Fernão Rodrigues Penso manteve relações bastante intensas com a Casa Real, retratadas também nos contratos que usufruía: o das terças do Reino, tendo administradores nas várias comarcas, cujas contas e dívidas da Coroa ainda estavam por apurar; os do norte de África, em Mazagão, do qual “segundo lhe parece” a Coroa lhe devia 140 mil cruzados, e Tânger, do qual também viria a reclamar da Coroa o pagamento de 3 contos e 300 mil réis, pela quebra do contrato no momento da entrega da praça à Coroa inglesa, no dote de casamento de D. Catarina de Bragança; e o do fisco para a administração dos negócios de açúcar e tabaco na capitania do Maranhão. Para além disso, no inventário das figuras da grande nobreza que lhe deviam dinheiro contava-se, por exemplo, o marquês de Nisa (25 mil cruzados), o conde da Ribeira Grande (4 a 5 mil cruzados), a marquesa de Castelo Melhor (4 a 5 mil cruzados das contas do seu marido), o conde de Figueiró (450 mil réis), a condessa de Sarzedas (720 mil réis) o conde da Vidigueira (mais de 300 mil réis). A disseminação dos negócios e das relações sociais de Rodrigues Penso – que abrangia desde as operações ocorridas no Reino às do norte de África, passando pelo Brasil – ajuda não só a avaliar diferenças sociais, mas também a perceber a vida social dos objectos associados ao quotidiano doméstico, nomeadamente a presença de novos artigos no património familiar, tais como as peças oriundas dos diferentes espaços ultramarinos.⁴⁵

Fernão Penso, natural de Badajoz, viúvo de sessenta anos de idade, vivia numa enorme casa de morada de família com vários pisos, situada no Rossio, quando, em 1672, o Tribunal do Santo Ofício lhe sequestrou e inventariou todos os seus bens, boa parte de origem asiática. Sabemos que a sua casa era bem recheada de móveis de madeira rara, nomeadamente dois contadores gémeos de ébano indiano marchetado a marfim, e outro com embutido de tartaruga. Na

"câmara em que dormia" havia um leito igualmente de ébano "com hum paramento (colcha) de tafetá listado pardo, e pelo inverno tinha dois, de pano fino pardo hum, e o outro de raxa verde, e todos tinhão cobertores". Nos diversos quartos decorados com vários quadros, "alguns de boa mão", podiam ser vistas a cobrir o chão "alguas alcatifas pequenas da Índia, e huas almofadas que também de lá lhe vierão". Além disso, Fernão Rodrigues Penso tinha escondido numa das gavetas de um pequeno "mafamede" (contador da Índia) um saco com "tres mil e quinhentos crusados em ouro, e huns diamantes em toscos que poderão valer outro tanto", moedas de ouro no valor de um conto de réis, moedas goesas de prata com a efígie de D. Sebastião, denominadas "bastiões", jóias de ouro, prata e outras pedras preciosas. O valor total do recheio da sua casa foi avaliado em mais de nove contos de réis, sem contar com o que integrava outro imóvel de que era proprietário: uma quinta na Palhavã, onde morava sua filha com o marido.⁴⁶ As dívidas pendentes de particulares e do Estado totalizaram noventa contos de réis, uma soma quase dez vezes superior às despesas do município de Lisboa, em 1665.⁴⁷

Particularmente interessante é o inventário de Diogo de Chaves, homem de negócio de quarenta anos, detentor de considerável riqueza. Diogo manteve estreitas relações com o seu irmão Simão Rodrigues, com quem desenvolveu grande parte dos negócios ultramarinos, que iam desde o arrendamento das alfândegas ao comércio de tabaco do Brasil através da intermediação com investidores estrangeiros e da participação no capital da Companhia de Comércio. No entanto, os seus negócios estendiam-se também à Ásia, porquanto se sabe que tinha enviado "grossos cabedais" para o Estado da Índia e que, enquanto procurador do vice-rei Luís de Mendonça Furtado e do seu irmão Jerónimo, "tinha contas em acerto de dinheiro, e outras cousas com que lhe assistio, e de effeitos que recebeo seus, acha que lhe estavão devendo quatro mil cruzados, pouco mais ou menos", ou seja, cerca de um conto e seiscentos réis. Quando Diogo de Chaves foi preso pela Inquisição, em 1672, trazia consigo 1.620 réis em dinheiro vivo, um anel de ouro com uma esmeralda grande, quatro botões de punho de ouro, uma caixa de tabaco de prata e outros objectos que se encontravam numa bolsa de couro. Em Lisboa, morava junto da Portaria de Santo Elói, onde possuía mobília e têxteis de grande valia. Entre armações de "panos de raz", reposteiros com "armas de hua águia no meyo" e duas colchas "já em meyo uzo", uma de montaria sem designação de origem, achavam-se três alcatifas da Índia, uma "de estrado, em muito bom uzo" e outras duas mais pequenas, "quatro caixoens grandes e tres piquenos da India" diversas arcas pequenas, uma escrivaninha de teca indiana e duas peças de "damasco da Índia amarello" com cerca de 10 metros cada. Diogo de Chaves possuía uma quinta no Laranjeiro, próxima a Lisboa, onde entre os móveis de diversas proveniências se encontravam mais dois caixões indianos que

46. Cf. IANNT, Tribunal do Santo Officio (doravante TSO), Inquisição de Lisboa, Processo nº 2332 (1684), p. 145.

47. Mauro (1960, p. 471).

48. Cf. IANTT, TSO, Inquisição de Lisboa, Processo nº 4426 (1682), p. 9 e 37 e seguintes.

49. Cf. IANTT, TSO, Inquisição de Lisboa, Processo nº 11262 (1683), p. 223 e seguintes.

50. Colcha de algodão branco bordada a seda roxa, verde, vermelha e amarela em ponto de cadeia e de nó. Ao centro o pelicano, e nos cantos águias bicéfalas e leões rampantes. O campo e a cercadura apresentam ainda decoração vegetalista com enrolamentos e flores estilizadas. Aquisição do Museu Nacional de Arte Antiga em 1945, inventário nº 2281 (MNAA, (1945) 1978b, p. 66.

continham roupa de mesa e das camas, e uma “colcha da Índia de setim branco que valeria vinte sinco mil réeis”.⁴⁸

De igual modo, entre os bens da casa do contratador Diogo Rodrigues Henriques (ou Diogo Rodrigues Mogadouro, como também era conhecido) marcaram presença de destaque os contadores e outros móveis asiáticos, bem como alcatifas da Índia e várias colchas, duas das quais “lavradas de ouro de palha” que pertenciam a Simão Ribeiro, negociante em Goa.⁴⁹ Um primeiro aspecto convém sublinhar. Diogo Henriques vivia em casa de seu pai, na rua das Mudanças, em Lisboa, lugar onde ficavam também os seus escritórios e armazéns; e foi com o seu pai que desenvolveu quase toda a sua intensa actividade comercial. A sua rede mercantil abrangia os diferentes espaços ultramarinos de presença portuguesa e alargava-se aos principais centros económicos europeus, pois são conhecidas suas “carregações para a Índia, Brasil, Angola, Castela, Olanda e Itália”, como consta dos seus livros e *borradores* que se achavam nas escrivaninhas do seu escritório. Negociava uma vasta gama de produtos, incluindo açúcar, tabaco, papel, obras de arte, jóias, e, especificamente com a Índia, onde possuía contratadores e vários outros indivíduos com quem “tinha grossas contas”, transaccionava tecidos, especiarias e tabaco.

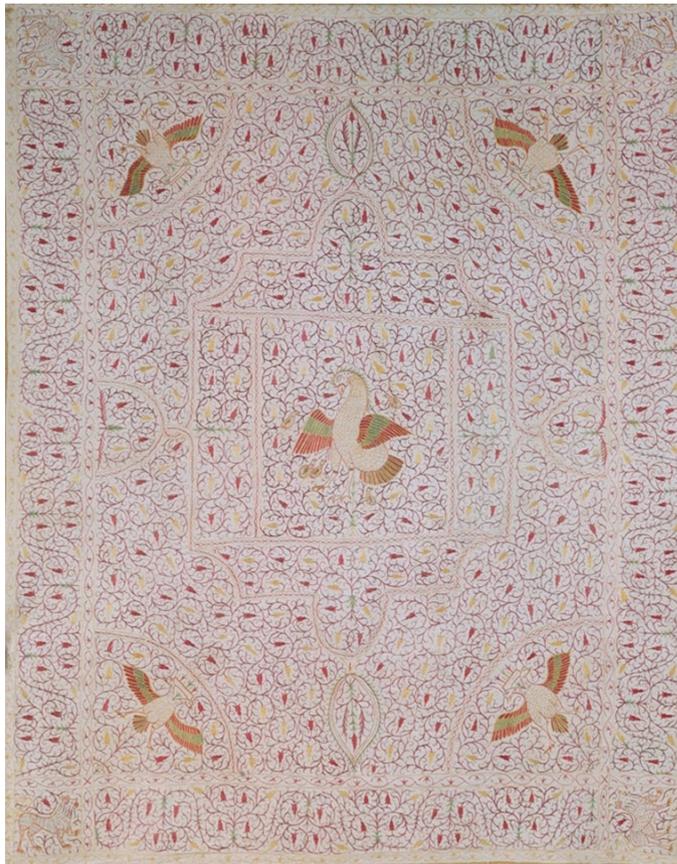


Figura 5 – Colcha indo-portuguesa. Primeiro quartel do século 17. Fonte: MNAA (1945, 1978b).⁵⁰

A análise desse e de outros inventários permite perceber que a importação e a circulação de colchas indianas, juntamente com muitos outros objectos asiáticos e de outras partes do ultramar português, foram relativamente intensas nos séculos 17 e 18 e que o seu uso e aquisição também passaram a fazer parte das possibilidades de consumo e dos desejos e gostos de indivíduos que poderiam ser considerados como pertencentes a uma larga faixa intermédia da hierarquia social de Seiscentos e Setecentos.

O ambiente cultural doméstico de diversos comerciantes lisboetas com negócios ultramarinos continuou a conceber-se durante os séculos 17 e 18 com evidentes traços da influência asiática. Tomemos como exemplos os inventários do negociante Domingos Maciel⁵¹ e do nobre Luís Correia da Paz,⁵² investidores metropolitanos que constituíram no último quartel do século 17 a Companhia de Comércio das Índias Orientais, que assumiu o monopólio do tráfico pela rota do Cabo e no Estado da Índia por doze anos, podendo conservar a ligação comercial com os portos brasileiros. Nas residências de Domingos Maciel e Correia da Paz, encontramos dezenas de pequenas estatuetas ornamentais representando cães, galos, gatos, pássaros, veados e leões dispostas sob os diversos bufetes. A diferença residia na qualidade e no valor das peças: enquanto as do nobre eram de prata dourada, as do comerciante eram de porcelana da China. O que importa aqui salientar é a tentativa de aproximação aos cenários próprios das casas senhoriais e aos gostos culturais característicos das elites urbanas.⁵³

Os luxuosos e coloridos tapetões e alcatifas de seda de origem italiana e indiana decoravam e revestiam chãos e paredes e contribuía para a estruturação dos espaços interiores da habitação, ajudando na divisão dos compartimentos e na criação de novos espaços multifuncionais. Por outro lado, as dimensões de algumas das alcatifas, entre 6 e 9,75 metros de comprimento por 2,25 metros de largura, dão uma ideia aproximada da dimensão de alguns dos quartos. Eram certamente utilizadas para cobrir o chão, pois o uso como ornamento das paredes exigiria que estas, já de si guarnecidas de azulejos, tivessem dimensões bastante exageradas. Duas das alcatifas estariam no primeiro piso. Cada uma cobriria duas salas abertas que assim ficavam unidas. Provavelmente, nos dias de procissão as ruas e as casas eram festivamente engalanadas com colchas nas janelas e tapetões a cobrir paredes e portas.⁵⁴

Outro aspecto evidente, mas que ainda assim convém recordar, é que as colchas, nomeadamente as indianas e indo-portuguesas, estão, antes do mais, intrinsecamente ligadas à existência e qualidade das camas. Na realidade, contrariamente ao que declarou o médico francês Joseph Carrère no relato que fez da sua viagem a Lisboa em 1796, a investigação de Nuno Luís Madureira, assente na análise de centenas de inventários *post-mortem* de indivíduos de todos

51. IANTT, *Inventário...* (1566-1834a, p. 80-84).

52. IANTT, *Inventário...* (1566-1834b, p. 51 v^o-66v^o).

53. Franco (2015, p. 121-130).

54. Castelo-Branco (1990, p. 185).

55. Madureira (1992, p. 208-209).

56. Castelo-Branco (1990, p. 48).

os estratos sociais, conclui que praticamente todos os negociantes e personagens administrativas de primeiro plano possuíam camas, as quais apenas começavam a rarear quando se descia na escala social.⁵⁵

No que respeita aos leitos da residência de Domingos Maciel e de sua mulher, Maria da Cruz, salienta-se que um era feito de ébano indiano e os restantes seis eram de pau-santo do Brasil. Tinham em comum as formas elegantemente torneadas e os dosséis "paramentados" com o "sobrecéu e seis cortinas de rodapé" de tecidos indianos com bordados finos e franjas de fio de ouro, revestimentos e cobertas avaliadas em 112 mil réis. Apenas as cores e a qualidade dos tecidos que estofavam os dosséis e acolchoavam as camas estabeleciam as diferenças entre as coberturas dos diversos leitos. Para além da presença dos damascos de seda carmesim ornados em alto-relevo com fios de tafetá, notamos a das tafeciras de seda e algodão indiano listrado de azul e encarnado e as serafinas de baeta espessa, com desenhos debuxados de verde. Os tecidos dos dosséis eram de textura cheia e pesada para impedir que as frequentes correntes de ar perturbassem o sossego e o aconchego de quem descansava e para proporcionar maior privacidade. De igual modo, a espessura dos tecidos das "cortinas de porta e de janela" serviram, à semelhança dos que cobriam os dosséis, às exigências de bem-estar da família Maciel, pois era frequente ver-se, na Lisboa seiscentista, casas sem portas interiores e sem vidraças nas janelas.⁵⁶ A esse respeito apenas sabemos que as principais portas do edifício eram de madeira rijá, e que as janelas, protegidas por grades de ferro, tinham vãos de pedra.

Efectivamente, a comodidade e o sossego do acto de dormir passavam essencialmente pela qualidade dos móveis de repouso e também pelo conforto dos colchões, pelas cobertas, colchas, lençóis e pelo conjunto dos almofadados. Todas as camas da família Maciel possuíam dois colchões e estavam cobertas de colchas indianas ornamentadas com travesseiros e almofadões adamascados.

Nessa matéria os inventários descreveram, por vezes com alguma minúcia, os objectos de descanso e ócio que proporcionavam comodidade. Os colchões eram forrados a pano de linho, alguns deles já remendados de tanto uso, ao passo que as enxergas de palha, algumas de origem angolana, eram utilizadas por escravos e criados. Os cobertores eram de diversas qualidades, desde os de origem indiana forrados a tafetá, aos de damasco carmesim e rosa, passando pelos de pano e de papa grossos e ásperos. O grande número de lençóis de linho estava acompanhado de fronhas, travesseiros e almofadas semelhantes, algumas delas com suas respectivas toucas e lenços para prender o cabelo. E, finalmente, as dezenas e dezenas de colchas e cobertas de cama inventariadas sob múltiplas designações e formas: "godrins (colchas) de chita da India estofados" e "de seda



57. Cf. Aquisição MNAA, Inventário nº 4574.

58. Cf. Aquisição MNAA, Inventário nº 4593.

Figura 6 – Colcha indo-portuguesa. Algodão e seda. Trabalho em algodão e seda. Fonte: MNAA (1988).⁵⁷

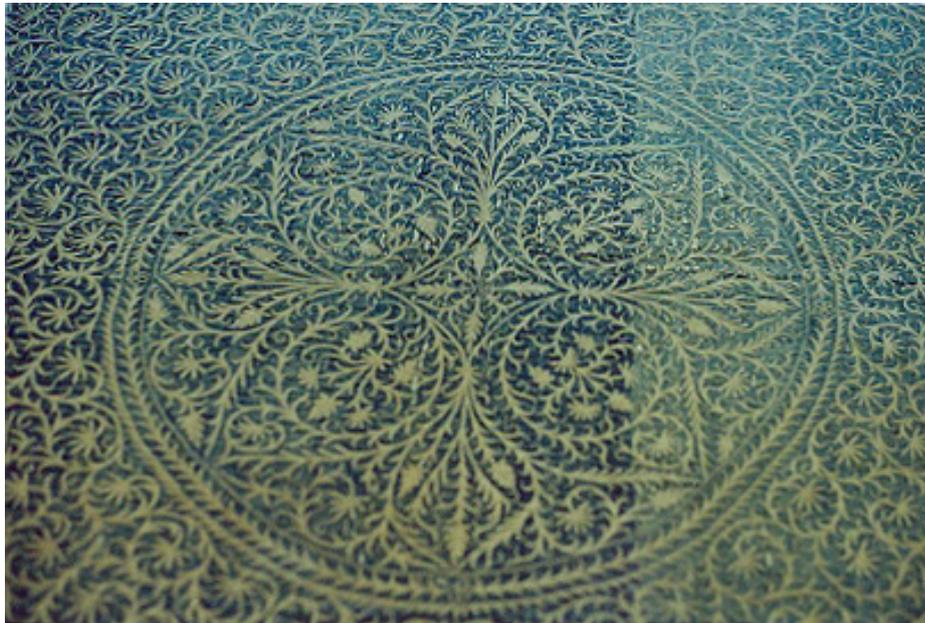


Figura 7 – Colcha indo-portuguesa. Trabalho de algodão seda. Fonte: MNAA (1º metade do século 17).⁵⁸

59. Sousa (2015, p. 11).

60. Cf. Meneses (1998) e Matos (1993).

listrada encarnada e branca forrada de amarelo”; colchas de “chita da Índia a modo de colchita em folhas”, isto é, mais finas e estampadas com motivos florais e vegetalistas; “colchas da Índia ao modo de godrim pespontadas de retrós de várias cores”; e várias “colchas da Índia branca lavrada de várias cores, marca grande, o lavor forrada de seda listrada verde e vermelho que tem sua franja e borlas de retrós de varias cores”.

As colchas e cobertas eram sobretudo procuradas pela sua capacidade decorativa e por apresentarem uma grande variedade de soluções estéticas: podiam servir para cobrir a cama ou a mesa; podiam ser penduradas na parede, ou ser usadas como guarda-sóis no verão. Foram igualmente muito utilizadas para ornamentar interiores e exteriores de igrejas e palácios em ocasiões festivas, em procissões ou na recepção de altas individualidades (figura 6). Ou seja, colchas e cobertas e, em geral, todos os tecidos indianos eram artigos cobiçados por serem de fácil transporte e grande plasticidade. A maior parte das colchas indianas vindas para a metrópole nos séculos 17 e 18 e que ainda hoje podemos ver em interiores de casas decoradas ao gosto asiático ou em colecções privadas, e em museus e igrejas, exibem muitas vezes um mesmo tipo de padrão vegetalista, tradicionalmente relacionado com o mundo islâmico, de regiões tão distantes e diversas quanto o Guzerate, Bengala e a costa do Coromandel (figuras 7 e 8).

Convém ainda salientar que a presença de objectos asiáticos, não sendo exclusiva da corte ou de palácios e residências de indivíduos que pertenciam aos escalões mais elevados da sociedade, da nobreza ou do clero, também não estava confinada às grandes metrópoles europeias.

A Índia e o Extremo Oriente também chegaram às ilhas da Madeira e dos Açores, através daqueles que, ao regressarem ao domicílio familiar, traziam consigo os costumes e o uso quotidiano de produtos asiáticos utilitários e, ainda, artigos de ostentação e grande esplendor artístico provenientes da Ásia. Em inventários de residentes da Madeira, nomeadamente nos de Jorge Malheiro e sua mulher e no de D. António Henriques, figuram diversos itens asiáticos: caixas, esteiras, catres da Índia, porcelanas e, sobretudo, no caso que aqui importa analisar, diferentes tipos de colchas indianas, muitas vezes referenciadas nas fontes como sendo “lençóis de cima de cama de pano da Índia”.⁵⁹ Nos Açores, a escala em Angra das carreiras comerciais do Estado da Índia assegurava a prosperidade e o desenvolvimento económico verificados nos séculos 16 e 17.⁶⁰ Mais recentemente, os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados aos vestígios da nau da Carreira da Índia *Nossa Senhora da Luz*, naufragada em Novembro de 1615, à entrada do Porto Pim, na ilha do Faial, permitem perceber que entre a carga recuperada se contavam numerosos volumes de tecidos, especiarias,

drogas e outros produtos exóticos, mobiliário, objectos em marfim, pedraria, porcelanas e objectos diversos do quotidiano provenientes da Índia e China, cujo destino era Lisboa.⁶¹ Morreram cerca de 150 pessoas no naufrágio, entre passageiros e tripulantes, e perdeu-se parte significativa da carga. Outra parte deu à praia de Porto Pim nos dias seguintes, facto que impôs a sua protecção e preservação desses objectos e, no caso dos numerosos fardos de roupa, obrigou à lavagem e acondicionamento imediato.

Na realidade, o maior volume de carga da nau *Nossa Senhora da Luz* dizia respeito a têxteis da Índia e, também, da China: 25.836 unidades, repartidas por quinze tecidos principais, dos quais só cerca de um milhar era de seda, provavelmente da China.⁶² Só em colchas recuperadas do naufrágio acharam-se 215 itens. Predominavam as de algodão de qualidade razoável, com diversos tamanhos e cores: amarelas, brancas, vermelhas e roxas, todas elas serviam sobretudo para cobrir camas e catres pequenos. Existiam outras colchas de qualidade excepcional: colchas franjadas e bordadas de seda, colchas de seda, colchas de montaria, com matizes e várias cores, em que se representavam cenas de caça, e, ainda, colchas lavradas, bordadas à mão.

Evidentemente, para além das colchas arrolaram-se milhares de outros artigos têxteis, dos quais salientamos: sessenta alcatifas indianas, umas de seda para oferta, outras feitas em Agra; dezesseis almofadas de tafetá; 36 coxins de veludo; 5.850 beirames e bofetás tecidos de algodão fino e multicolor; mais de 8.500 balagatas, canequins, cotonias, dotins, dragogins, gingões e beatilhas de algodão de inferior qualidade e valor; 1.778 argarizes, panos estreitos e grossos próprios para o tráfico africano; e, ainda, muitos fardos de seda da China.⁶³

Ainda segundo José Bettencourt, o extravio da carga do navio, que deveria ficar “guardada em caixotes fabricados com a madeira da nau ou em pipas”, originou “buscas nas habitações de Porto Pim, onde foram localizadas alcatifas, colchas e panos”, artigos desde sempre muito apreciados nos Açores.⁶⁴ Como na verdade se comprova pelo facto de, mais de um século depois, o ilustre faialense D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira, nomeado pelo rei arcebispo de Goa, Primaz da Índia Oriental (1750-1775), ter presenteado generosamente a sua família com inúmeros artigos asiáticos dispendiosos e de enorme reputação. Sabemos, por exemplo, que D. António durante anos enviou de Goa para o Faial magníficas ofertas de louças, jóias, espadas de prata e ouro de diversos tamanhos, bengalas encastoadas a ouro, leques chineses, escrivaninhas de prata, tabaqueiras de ouro, bandejas de charão (laca), fazendas e tecidos orientais, roupas de vestir e colchas bordadas, enunciando apenas algumas das peças de maior cotação. O sentimento de afeição e preocupação com o bem-estar da família açoriana era tal que chegou mesmo a oferecer chá com que deliciava frequentemente os seus.⁶⁵

61. Cf. Bettencourt (2005, 2008).

62. Bettencourt (2008, p. 87).

63. Bettencourt (2008, p. 177-195).

64. Bettencourt (2008, p. 59).

65. Cf. Lopes (1983).

66. Oliveira (2015, p. 157).

67. Cardim (1987, p. 232 e 251).

68. Lapa (2000, p. 270-273), Antunes (2001, p. 393-410; 2005, p. 201-215); cf. Almeida (2003).

Naturalmente, tal como D. António, muitos outros indivíduos que serviram na Índia acabaram por adquirir e legar património de origem asiática. Bernardo de Almeida Torres (1705-1755), físico-mor do Estado da Índia desde 1748, acabou por deixar à sua família diversos artigos orientais, entre os quais realçamos um “caixão de loiça fina”, mercadoria frágil que ficava retida na Bahia, mas cujo envio para Lisboa estava assegurado, e, ainda, duas colchas novas de aparato, feitas “de setim matizadas”. Destacamos ainda os chamados “lenços da Índia”, que estariam reservados para uso próprio, mas que acabou por legar ao testamenteiro, “para a limpeza do seu tabaco”, e uma vintena de lenços brancos mais grosseiros “de cassa grossa, huns com guardas ou bordas brancas, e outros azuis”, que deveriam ser repartidos pelas suas criadas.⁶⁶

De igual modo, as mercadorias indianas e chinesas eram já relativamente numerosas no Brasil no último quartel do século 16, como nos informam diversos autores da época. O padre Fernão Cardim, na sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica* conta que, no início de 1584, tinha sido acolhido na Bahia, em casa de um sacerdote devoto da Companhia, onde tinha tomado as refeições num serviço de porcelana chinesa. Na continuação da sua viagem por terras brasileiras, o padre Cardim regista ainda a sua qualidade de hóspede habitual nas fazendas dos proprietários mais influentes e ricos de Pernambuco, nas quais era recebido com grande honras e comodidades e onde pernoitava em “leitos de damasco carmesim, franjados de ouro, e ricas colchas da Índia”.⁶⁷ Em meados do século 18, as naus da Carreira da Índia faziam escala em Salvador da Bahia carregadas com inúmeras mercadorias asiáticas encomendadas por negociantes da cidade, sobretudo têxteis indianos, entre os quais se encontravam “colchas de cetim bordadas, forradas e franjadas”.⁶⁸

Mais tarde, em finais do século 18 e inícios do 19, também descortinamos muitos objectos asiáticos no interior de residências de diversos mercadores e traficantes de escravos cariocas, entre os quais roupas, tecidos e colchas indianas. Tomemos, por exemplo, o caso de Elias António Lopes (c. 1770-1815), um dos maiores traficantes de escravos e negociante atacadista de têxteis indianos no final de setecentos. A sua enorme riqueza inventariada – os bens e a roupa de casa, o vestuário e toda a mercadoria que se achou em armazéns e na alfândega – deve ser avaliada não só do ponto de vista económico, mas também pelo significado social de cada item e pela mensagem cultural que o conjunto procura transmitir.

A verdade é que, após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, as trajectórias ascendentes de diversos homens de negócios, entre os quais Elias António Lopes, tornaram-se exemplos paradigmáticos do aumento de prestígio social quando eles foram agraciados com mercês, pela ajuda financeira prestada

à Coroa portuguesa. Estes comerciantes eram indivíduos que socialmente ocupavam uma posição indefinida, uma vez que pelo nascimento pertenciam ao povo, mas, à medida que enriqueciam, adquiriam um novo estatuto mais próximo da nobreza, a cuja condição ambicionavam. Elias António Lopes, por exemplo, foi agraciado por D. João VI com o lugar de deputado na Real Junta de Comércio, cargo que conferiu a ele e a seus negócios ultramarinos maior distinção social. Mais tarde, após a oferta de sua chácara em S. Cristóvão para residência real, D. João VI homenageou-o com a Comenda da Ordem de Cristo (1808) – ordem honorífica que norteava os desejos de ascensão hierárquica e de distinção dos homens de negócios da corte joanina –, a que lhe acrescentou o ofício de tabelião escrivão da Comarca e Almotaçaria de Parati (mester que nunca chegou a assumir) e a administração da Quinta da Boa Vista. Posteriormente, Elias António Lopes seria agraciado com o título de fidalgo cavaleiro da Casa Real (1810), conselheiro de Dom João (1811), alcaide-mor e senhor da Vila de São José del Rei (1810).

Ora, a concessão de títulos e comendas assinala uma sociedade em que predominam relações tradicionais de poder, onde Elias António Lopes e outros indivíduos nobilitados recentemente, conhecendo bem a sua posição social, tornavam-na pública, não só através da exibição dos símbolos honoríficos,⁶⁹ mas também através da projecção do seu poder económico e da ostentação de sinais exteriores de consideração e reconhecimento social que passavam pela posse de bens de raiz (propriedades, casas), coches, cavalos, escravos; pelo aparato do mobiliário, pratos, porcelanas chinesas, tapeçarias e têxteis exóticos de sua casa; pela exibição do vestuário de seda, jóias e outros adereços. O facto de Elias António apresentar um conjunto de artigos asiáticos de uso pessoal ajudou a definir o seu estatuto social, a entender os círculos de sociabilidade em que acabou por se inserir e, ainda, no caso das colchas e dos têxteis indianos, a fomentar o conforto pessoal e colectivo em espaços privados. Essa terá sido a razão por que entre o seu vestuário encontramos vestidos de seda azul ou preta, calças e véstias de cetim azul ou branco “bordadas de matizes”, e casacos e calças de gorgorão preto, um tecido de seda grossa, formando como que cordões. E até os seus pajens podiam vestir-se com “coletes de cachemira escarlate”.⁷⁰ Já entre a “roupa de sua casa” achavam-se treze cobertas de chita branca: três estavam a serviço, quatro ainda por usar e seis eram acolchoadas, avaliadas em pouco mais de 23 mil réis, e três colchas de damasco, de seda amarela e carmesim, com desenhos acetinados em fundo não brilhante, estimadas em 60 mil réis.⁷¹

Contudo, verdadeiramente significativa é a enorme quantidade de mercadorias orientais que Elias António Lopes possuía na sua loja e nos armazéns

69. Cf. M. B. N. Silva (2005) e C. B. Silva (2009 e 2011).

70. Antunes (2010a, p. 337).

71. Antunes (2006, p. 153-154).

72. Cf. Real Junta do Comércio (1815-1818).

73. Antunes (2001, p. 393-410; 2005, p. 201-215; 2010b, p. 674), Braga (2013, p. 102) e Russel-Wood (2001, p. 17-26).

74. Fragoso (1992, p. 182).

75. Cf. Conselho Ultramarino (1799).

da Alfândega do Rio de Janeiro: 140 fardos com fazendas indianas que tinham vindo de Goa no seu navio *São José Americano*, em 1815. Todos esses volumes estavam avaliados em mais de 46 contos de réis.⁷² Evidentemente, a maioria dos fardos continha tecidos de algodão mais vulgar, muito utilizados como moeda de troca na compra de escravos africanos, mas em muitos outros achavam-se mais de 4.500 “peças para cobertas”, sobretudo oriundas da costa do Malabar, colchas que poderiam ter diversas aplicações, mormente entrarem nos circuitos do comércio e do consumo internos. Mas, na realidade, as relações mercantis que Elias Lopes manteve no Índico indicam o forte investimento dos seus recursos económicos na aquisição de têxteis indianos para uso próprio e para os seus negócios no tráfico atlântico de escravos. Sabemos, por exemplo, que o navio *Europa*, um dos quatro de que era proprietário, viajava regularmente para Goa, regressando com mercadorias asiáticas que lhe estavam consignadas, a si e a outros grandes negociantes, nomeadamente Gomes Loureiro, Francisco António Fernandes e Cia e Adriano de Araújo Braga, da Bahia.⁷³

Como é bem visível, apesar do predomínio do tráfico negreiro, os negócios intercontinentais coloniais dos grandes comerciantes cariocas não se restringiam à África. Para além de Elias Lopes e dos outros negociantes indicados, são inúmeras as referências a viagens de navios de longo curso e as suas transacções com a Europa e a Ásia. Tomando o caso de Amaro Velho da Silva, percebe-se que, através do seu inventário *post-mortem*, de 1811, da totalidade de seus bens, que chegava a mais de 934 contos, cerca de 33 contos de réis, ou seja 35,3%, estavam empregues em “transacções da Índia”.⁷⁴

De igual modo, por maioria de razão, as colchas do Guzerate, bem como muitos outros artigos indianos que pertenciam ao mundo Índico ocidental, fizeram naturalmente parte dos enxovais da generalidade dos indivíduos que viveram em Moçambique no século 18. Obviamente, as colchas e cobertas de melhor qualidade estavam arroladas nos inventários daqueles que ocuparam os cargos mais importantes da sociedade moçambicana setecentista. Estas colchas e godrins forrados de seda e de veludo eram frequentemente usados na cama como manta quando as noites esfriavam, mas também podiam ser usados suspensos, acabando por revestir paredes e contribuir para quebrar a monotonia da cor branca. Outros godrins podiam ainda servir de almofadados de palanquim, como aconteceu no caso do governador Pereira do Lago.⁷⁵ Percebemos também que grande parte desses europeus, certamente influenciados pela tradição local, nutriu grande estima pelas colchas bordadas indianas mais exuberantes e coloridas. Parece ter sido a preferência do provedor-mor da Fazenda Real João Francisco Delgado que, entre a roupa de serviço de sua



Figura 8 – Colcha (detalhes) indo-portuguesa, c. 1600. Fonte: MNAA ([1936], 1978).⁷⁶

casa, contava “uma colcha de cetim amarelo bordada de retrós de várias cores, forrada de tafetá branco e guarnecida com franja de retrós”, e ainda “uma colcha de chita fina da Índia forrada de *parcaló* (um tecido de algodão fino e lustroso), toda guarnecida com franja de galão”.⁷⁷ De igual modo, encontramos no enxoval do desembargador António José de Moraes Durão uma rica “colcha de seda bordada de matizes, a ouro e prata”.⁷⁸ Outras colchas de grandes dimensões, que podiam atingir os 3,30 metros de comprido por 2,90 metros de largura, certamente mais sofisticadas, “com borda de ouro e matizes de bom gosto”, foram objecto de encomenda por parte do secretário do governo António da Silva Pinto, em uma das muitas oficinas de “Thalagar, que fica ao pé de Cambaia”, lugar onde se fabricavam as melhores colchas do Guzerate.⁷⁹

Sem surpresa, ainda constatamos que muitos outros indivíduos, que ocuparam ofícios subalternos na administração ou tinham profissões socialmente pouco reputadas, também possuíam colchas e cobertas de cama indianas, embora estas fossem geralmente mais leves e de menor qualidade. Pilotos, comandantes e marinheiros de navios, encarregados dos portos e físicos-mores tinham em suas casas “cobertas de pano de azeite”,⁸⁰ “cobertas de chitas velhas”,⁸¹ “cobertas de pano verde com guarnição amarela”,⁸² “coberta de tintureiro”⁸³ e “cobertas e colchas pintadas”.⁸⁴

76. «Colcha de algodão branco bordada a seda “tussah” crua, sobre forro de algodão em ponto de cadeia, ponto de margarida e de nó. A composição central, representa a “Justiça de Salomão” e os ângulos as quatro partes do mundo. Preenchem o resto do campo cenas da história de Arion, da História de Hércules e outras cenas mitológicas. Na cercadura, cenas de caça com personagens que trajam à moda portuguesa do séc. XVII. Nos cantos, águias bicéfalas. Franjas e borlas de seda amarela». Aquisição do Museu Nacional de Arte Antiga em 1936, inventário nº 2237 (MNAA, [1936], 1978, p. 65).

77. Cf. Feitos findos... (1756-1821a).

78. Cf. Feitos findos... (1756-1821b).

79. Cf. Conselho Ultramarino (1765).

80. Cf. Conselho Ultramarino (1773).

81. Cf. Conselho Ultramarino (1761 e 1781).

82. Cf. Conselho Ultramarino (1781).

83. Cf. Feitos Findos... (1756-1821c).

84. Cf. Feitos Findos... (1756-1821d, 1756-1821e).

85. Cf. Riello (2010).

86. Lemire (2005, p. 7); cf. Lemire e Riello (2008).

87. Boyajian (1993, p. 139).

ALGUMAS NOTAS FINAIS

Antes do século 15, os lanifícios europeus e o algodão asiático interagiram, ainda que em pequena escala, durante séculos. A abertura da rota do Cabo, no final do século 15, foi o ponto de viragem no contacto material e económico entre a Europa ocidental e a Ásia, entre os comerciantes portugueses, em primeiro lugar, seguidos no século 17 pelos ingleses, holandeses e franceses. A conquista de Goa, em 1510, e a presença relativamente estável nos territórios da designada Província do Norte, a partir de meados do século 16, transformaram Goa num dos principais polos exportadores de obras preciosas e artísticas para os mercados europeus, inaugurando também uma nova fase na história do algodão na Europa e uma nova página na história da circulação e do consumo de objectos asiáticos em todo o Império português.

Ainda assim, importa realçar que, não obstante os estudos que limitam ou relativizam a efectiva extensão, dimensão e importância do comércio directo pela rota do Cabo, existem especialistas que afirmam que os produtos asiáticos, incluindo os têxteis de algodão, importados pela Europa, se tornaram progressivamente mais significativos, sobretudo em termos culturais, mas também em termos económicos, porque deram origem à inovação, à cópia e a gostos diferentes na Europa.⁸⁵

Beverly Lemire reconhece que “já em 1508, as vestes sacerdotais e acessórios das igrejas de Lisboa eram feitos com tecidos de Calecute e de Cambaia” e afirma que esses mesmos tecidos foram rapidamente incorporados na hierarquia social, facto que, na opinião do autor, explica, por exemplo, que “estátuas de religiosas desta época fossem decoradas em reproduções pintadas de pano indiano”.⁸⁶

Assim, no caso dos algodões, vai-se estabilizando a ideia de que o volume das importações foi aumentando e que a importância dos têxteis indianos foi muito além das simples cobertas de cama finas e de cores muito vistosas (*palangpuzes*, *palampore*), ou das almofadas indianas, do tipo godrim. Segundo James Boyajian, no início do século 17, os portugueses importaram anualmente 770 mil peças de algodão e seda de diversas qualidades, que equivaliam a mais de 7 milhões de metros.⁸⁷ De início, não foi muito intensa a demanda de colchas indianas especialmente produzidas de acordo com o gosto de quem encomendava. Contudo, logo em meados do século 16 nota-se a multiplicação de pedidos de compra de obras exclusivas, realizadas em oficinas indianas especializadas, de acordo com modelos, gostos e exigências de estilo europeu.

Neste caso, a produção de bordados indo-portugueses reproduziu o esquema encontrado noutras categorias de têxteis indianos. As colchas indo-portuguesas aliavam as matérias-primas (designadamente o algodão indiano, a seda, tintas e linhas) e as técnicas locais de tratamento dos tecidos crus, de estampagem, de

acolchoamento e de costura, entre outras, a uma nova narrativa iconográfica, de acordo com um repertório de imagens consideradas exóticas aos olhos europeus e as exigências de satisfação das condições materiais de vida da clientela portuguesa.

A enorme entrada de mercadorias indianas em Portugal, sobretudo de têxteis de algodão de diversas qualidades e cores, genericamente denominados de “panos da Índia”, teve repercussões sociais consideráveis ao nível do gosto e do consumo.⁸⁸ Foi devido ao aumento progressivo da importação de têxteis asiáticos em Lisboa e noutras cidades europeias, sobretudo a partir do século 17, que os portugueses passaram a incluir com regularidade peças exóticas orientais nas suas residências, revelando já algum conhecimento acerca do verdadeiro valor dos acervos têxteis de origem asiática, isto é, sobre o que era relevante legar, aspecto de grande importância quando se procura perceber como é que os portugueses assimilam e convivem com os tecidos asiáticos.

Da mesma forma, desde o início da expansão ultramarina, o mundo exótico e o imaginário social e cultural asiático influenciaram de algum modo a maneira de estar, os hábitos e comportamentos domésticos das elites coloniais das diferentes potências europeias. Evidentemente, na América portuguesa, por exemplo, os objectos e as infraestruturas materiais da vida quotidiana procuravam maioritariamente seguir os gostos e critérios europeus, sobretudo os de raiz portuguesa, mas também cada vez mais os de influência francesa e inglesa, à medida que se caminha para o século 18. Mas a verdade é que, no conjunto de informações documentais que dá a conhecer os objectos e materiais que suportam as relações sociais e que ajuda a entender o processo histórico brasileiro – profundamente influenciado pelas culturas nativas e africanas – surgem já, especialmente em patrimónios de indivíduos que procuram ascensão social, artigos e mercadorias que reflectem os contactos com os diferentes espaços coloniais, alguns dos quais asiáticos ou inspirados por um universo mental conotado com o Oriente.

Em ambos os casos, tanto na Europa como nos domínios ultramarinos, o uso e as encomendas de colchas filiadas no gosto europeu confirmam, fundamentalmente, o profundo conhecimento das regras do mercado indiano, a familiaridade com a qualidade das diferentes matérias-primas usadas na produção, experiência nos negócios asiáticos e, ainda, a existência de uma intrincada rede de relações e vínculos entre os produtores têxteis, os intermediários que intervêm no sucesso do negócio e os que encomendam bordados indianos.

De resto, parece evidente que os padrões de consumo de grupos emergentes na metrópole e nos domínios ultramarinos portugueses, ainda que limitados pela capacidade económica, eram inspirados na procura da parecença com as elites sociais dominantes. O consumo de uma enorme série de objectos asiáticos de luxo

– desde o mobiliário de madeira exótica, a joalheria, a porcelana e a seda chinesas, à tapeçaria turca, persa e indiana, passando pelos têxteis de manufactura mais simples e os bordados e colchas indianas de diferentes tipos e origens – revelou sempre, independentemente da sua qualidade efectiva, o fascínio pelas manufacturas asiáticas e constituiu um estimulante intercâmbio de imaginários entre as sociedades portuguesa e europeia. Os objectos de luxo orientais transformaram e enriqueceram, não tanto o modelo por que se rege o conjunto da actividade comercial, mas mais o vocabulário da colecção de objectos da cultura material, que reflecte boa parte do ambiente concreto da sociedade em que se insere bem como a diversidade no seu modo de pensar e de agir. Do ponto de vista social, os significados culturais dos artigos asiáticos ou similares, através dos quais as elites se auto-representavam pelo prestígio do que usavam e possuíam em suas casas, contribuíram para a projecção da própria memória individual, da sua família e, por extensão, do grupo social ao qual pertenciam.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Lista dos bens do falecido capitão-de-mar-e-guerra, Francisco de Souto da Fonseca, para serem leiloados na feitoria de Inhambane*. Moçambique: Arquivo Histórico Ultramarino, 1761. Caixa 19, documento 75.

_____. *Relação e públicas formas passadas pelo Ouvidor José Dias do Vale sobre o testamento de António da Silva Pinto, secretário do governo de Moçambique*. Moçambique: Arquivo Histórico Ultramarino, 1765. Caixa 25, documento 15.

_____. *Auto do inventário e sequestro dos bens do falecido secretário do governo, António Entremenes Pinto*. Moçambique: Arquivo Histórico Ultramarino, 1773. Caixa 30, documento 91.

_____. *Traslado em publica forma do inventário e leilão dos bens do defunto Governador e capitão general de Moçambique, José de Vasconcelos e Almeida*. Moçambique: Arquivo Histórico Ultramarino, 1781. Caixa 36, documento 18.

_____. *Inventário dos bens pertencentes ao defunto governador Baltazar Pereira do Lago e respectivos leilões*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1799.

BIBLIOTECA DA AJUDA. *Livro da Recamara dos Reis Dom João III de Portugal e Dona Catharina*. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, [s.d.]. Códice 50-V-26, f. 49-81.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Alvará de D. Manuel I para que os contadores levem em conta a João de Sá, tesoureiro da especiaria da Casa da Índia, 207 porcelanas, um cofre dourado e uma colcha de pano branco, mercadorias que vieram a mando da rainha*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1511. (Corpo Cronológico, parte 1^a, maço 10, doc. 69).

_____. *Alvará pelo qual a Rainha D. Maria de Aragão e Castela mandou ao tesoureiro de D. Manuel I desse duas colchas à sua camareira Aldonça Soares*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1517. (Corpo Cronológico, parte 2, maço 68, n. 8).

_____. *Feitos findos. Justificações Ultramarinas: Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1756-1821a. Maço 168, n. 7.

_____. Feitos findos. *Justificações Ultramarinas: África*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1756-1821b. Maço 26, n. 11.

_____. Feitos findos. *Justificações Ultramarinas: África*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1756-1821c. Maço 6, n. 5.

_____. Feitos findos. *Justificações Ultramarinas: África*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1756-1821d. Maço 3, n. 6.

_____. Feitos findos. *Justificações Ultramarinas: África*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1756-1821e. Maço 14, n. 2.

_____. *Inventário Orfanológico*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Letra D, maço 40.

_____. *Registro geral de testamentos*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Livro 111, n. 37.

REAL JUNTA DO COMÉRCIO. *Inventário de Elias António Lopes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1815-1818. Caixa 348, pacote 1, letra L. fls. 82v.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO. Inquirição de Lisboa. *Processo n° 2332*. Lisboa: ANTT, [1684] a, 518 f.

_____. Inquirição de Lisboa. *Processo n° 4426*. Lisboa: ANTT, [1682]b, 166 f.

_____. Inquirição de Lisboa. *Processo n° 11262*. Lisboa: ANTT, [1683]c, 796 f.

FONTES IMPRESSAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Comentários de Afonso de Albuquerque*. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1973. 2 v.

BARBOSA, Duarte. *O Livro de Duarte Barbosa*, Edição crítica e anotada por Maria Augusta Veiga e Sousa. Lisboa: IICT, 2 vols., 1996.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 10 v.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Lisboa: CNCDP, 1987.

CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*, publicadas sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858-1866.

CORTESÃO, Armando (Leitura e Notas). *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1978.

COUTO, Diogo do. *Diálogo do soldado prático*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P. (ed.). *The East African Coast: selected documents from the first to the earlier nineteenth century*. London: Rex Collings, 1975.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. Inventário da Casa de D. João III em 1534. *Arquivo Historico Portuguez*, Lisboa, v. 3, p. 261-280; 367-390, 1910.

_____. Inventário do Guarda-Roupa de D. Manuel. *Arquivo Historico Portuguez*, Lisboa, v. 7, p. 381-417, 1904.

HERCULANO, Alexandre; PAIVA, António da Costa (Org.). *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em 1497*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALMEIDA, António A. Marques de (Org.). *Dicionário histórico dos sefarditas portugueses: mercadores e gente de trato*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009.

ALMEIDA, Anita C. L. de. Entre o Atlântico e o Índico: notas para uma história interligada. In: LOUNDO, Dilip Loundo; MISSE, Michel (Org.). *Diálogos tropicais: Brasil e Índia*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2003. p. 179-198.

ANTONY, Philomena Sequeira. *The Goa-Babia Intra-Colonial Relations. 1675-1825*. Tellicherry: Institute for Research in Social Sciences and Humanities (IRISH). 2004.

ANTUNES, Luís Frederico Dias. A presença asiática na costa oriental africana antes da chegada dos portugueses. *Povos e Culturas*, Lisboa, v. 5, p. 15-39, 1996.

_____. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João et al. (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 379-420.

_____. Nichos e redes: interesses familiares e relações comerciais luso-brasileiras na África Oriental (1750-1800). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 199-218.

_____. A influência africana e indiana no Brasil na virada do século XVIII: escravos e têxteis. In: FRAGOSO, João et al. (Org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT); Vitória: Edufes, 2006. p. 137-164.

_____. Estilos de vida e consumo doméstico da elite mercantil fluminense, em 1808: uma representação da natureza simbólica dos objectos asiáticos. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (Org.). *1808: a Corte no Brasil*. Niterói: Eduff, 2010a. p. 331-363.

_____. A dinâmica do comércio indo-brasileiro: têxteis, metais preciosos e outras trocas comerciais (1808-1820). In: COSTA, João Paulo Oliveira; GASPAR, Vítor Luís (Org.). *O Estado da Índia e os desafios europeus: actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: CHAM; CEPCEP, 2010b. p. 667-677.

AUBIN, Jean. *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la cour de Châh Soltân-Hosseyn 1696-1697*. Lisbonne: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1971.

BASTOS, Carlos. *Subsídios para o estudo das origens e evolução da indústria têxtil em Portugal*. Porto: Portugália, 1950.

BETTENCOURT, José António. Os vestígios da nau Nossa Senhora da Luz: resultados dos trabalhos arqueológicos. *Arquipélago-História*, Ponta Delgada, n. 2, v. 9, p. 231-274, 2005.

_____. A nau *Nossa Senhora da Luz* (1615) no contexto da Carreira da Índia e da escala dos Açores: uma abordagem histórico – arqueológica. 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

BOYAJIAN, James. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

BRAGA, Nilza Xavier Silveira. *Entre negócios e vassalagem na Corte Joanina: a trajetória do homem de negócio, comendador da Ordem de Cristo e deputado da Real Junta de Comércio Elias Antonio Lopes (c.1770-1815)*. 2013. 245 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CARDOSO, Hugo. *The Indo-Portuguese Language of Diu*. Utreque: Lot Publications, 2009.

CARITA, Rui. A nobreza da madeira nos inícios do século XVIII: o inventário dos bens do capitão-cabo Pedro de Faria e Abreu. *Islenha*, Funchal, n. 31, p. 46-54, jul-dez 2002.

CASTELO-BRANCO, Fernando. *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CHITTICK, Neville. Africa del Este y Oriente: los puertos y el comercio antes de lallegada de los portugueses. In: _____. *Relaciones históricas a través del Océano Índico*. Barcelona: Serbal; Unesco, 1983. (Colección de Temas Africanos, 11).

CORREIA-AFONSO, John. Indo-Portuguese Ivories in the Heras Collection. *Indica*, Mumbai, v. 3, n. 2, p. 101-112, 1994.

COUTO, João. *II Exposição Temporária: mobiliário indo-português*. Lisboa: Museu das Janelas Verdes, 1983.

CRESPO, Hugo Miguel. Trajar as aparência, vestir para ser: o testemunho da pragmática de 1609. In: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Coord.). *O luxo no Porto ao tempo de Filipe II de Portugal (1610)*. Porto: UCP, 2012. p. 93-148.

CURVELO, Alexandra. *Nuvens douradas e paisagens habitadas. A arte namban e a sua circulação entre a Ásia e a América: Japão, China e Nova-Espanha, c. 1500-1700*. 2008. 777 f. Dissertação (Doutoramento) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

_____. O exótico nunca está em casa? In: _____. *O exótico nunca está em casa? A China na faiança e nos azulejos portugueses (séculos XVII-XVIII)*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2013. p. 15-25.

DIAS, Pedro. *Arte indo-portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2004.

FARINHA, Luís. Subsídios para a caracterização da indústria têxtil em Portugal no séculos XV e XVI. *História e Sociedade*, Lisboa, n. 1, p. 3-7, 1978.

FERREIRA, Ana Maria. *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983.

FERREIRA, Maria João Pacheco. Ganimedes e a fortuna: exemplos de temáticas mitológicas clássicas em peças têxteis bordadas sinoportuguesas. *Oriente*, Lisboa, v. 12, p. 90-114, 2005.

_____. *As alfaias bordadas sinoportuguesas (Séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2007.

_____. Os têxteis sinoportugueses existentes no V&A Museum. Caracterização e análise de uma colecção. *Revista de Cultura*, Macau: Editora Internacional, v. 24, p. 104-131, 2008.

_____. Artes. Indo-Portuguesa, arte. In: ENCICLOPÉDIA virtual da expansão portuguesa (EVE). 2009. Disponível em: <<http://bit.do/ecKJq>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

_____. *Os têxteis chineses em Portugal nas opções decorativas sacras de aparato*. 2011. 500 f. Dissertação (Doutoramento) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011. 2 v.

_____. Por entre pássaros e flores: repercussões dos têxteis chineses na azulejaria portuguesa do século XVII. In: CURVELO, Alexandra Curvelo (Coord.). *O exótico nunca está em casa? A China na faiança e nos azulejos portugueses (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2013. p. 107-121.

_____. Os “Panos da Índia” em Portugal: integração e consumo dos artigos têxteis asiáticos na sociedade portuguesa dos séculos XVI a XVIII. In: TORRAS, Begoña Farré. *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: Associação de Professores de História de Arte, 2014. p. 72-78.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Carlos. *Casas das elites de Lisboa: objectos, interiores e vivências 1750-1830*. Lisboa: Scribe, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, [1936] 2013. Disponível em: <<http://bit.do/ecN8n>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

GARCIA, João Carlos. Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XV. *Finisterra*, Lisboa, n. 21, v. 42, p. 327-344, 1986.

GSCHWEND, Annemarie Jordan. Catarina de Áustria: Coleção e Kunstkammer de uma princesa renascentista. *Oceanos*, Lisboa, n. 16, p. 62-70, 1993.

_____. *The development of Catherine of Austria's Collection in the Queen's Household: his character and cost*. Washington: Brown University, 1994. 2 v.

_____. As Maravilhas do Oriente: coleções de curiosidades renascentistas em Portugal. In: SILVA, Nuno Vassalo e. *A Herança de Rauluchantim*. Lisboa, CNCDP: Misericórdia de Lisboa, 1996. p. 82-127.

_____. Os produtos exóticos da Carreira da Índia e o papel da corte portuguesa na sua difusão. In: AFONSO, Simonetta Luz. *Nossa Senhora dos Mártires: a última viagem*. Lisboa: Expo 98; Verbo, 1998. p. 123-141.

IRWIN, John. Reflections on Indo-Portuguese Art. *Burlington Magazine*, London, v. 97, n. 633, p. 386-390, 1955.

KARL, Barbara. 'Marvellous things are made with needles': Bengal colchas in European inventories, c. 1580-1630. *Journal of the History of Collections*, Oxford, v. 23, n. 2, p. 301-313, 2011.

_____. *Embroidered Histories: Indian Textiles for the Portuguese market during the sixteenth and seventeenth centuries*. Weimar: Bohlau, 2016.

KEIL, Luís. A arte portuguesa e a arte oriental. In: COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS. *Congresso do Mundo Português*. v. 5, Tomo III. Lisboa: CEC, 1940. p. 161-173.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. ed. fac-sim. São Paulo: Hucitec; Editora da Unicamp, 2000.

LEMIRE, Beverly. Shaping Fashion: Asia, Europe and the Trade in Indian Cottons, c. 1300-1800: a well-worn tale reconsidered. *Global Economic History Network*, Padova, p. 16-18, nov. 2005. Disponível em: <<http://bit.do/ecSLV>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

LEMIRE, Beverly; RIELLO, Giorgio. East and west: textiles and fashion in Eurasia in the early modern period. *Journal of Social History*, Oxford, v. 41, n. 4, p. 887-916, 2008.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Epistolário de um açoriano na Índia: D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira (1750-1775)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1983.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

MATHEW, Gervase. The East Africa Coast until the coming of the Portuguese. In: OLIVER, Roland; MATHEW, Gervase (Org.). *History of East Africa*. v. 1. Oxford: Clarendon Press, 1963, p. 94-127.

MATOS, Artur Teodoro de. Os Açores e a Carreira das Índias no século XVI. *Estudos de História de Portugal*, Lisboa: Estampa, v. 2, p. 93-110, 1983.

MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670: étude économique*, Paris: SEVPEN, 1960.

MENDONÇA, Maria José de. Introdução. *Colchas bordadas dos séculos XVII e XVIII* (catálogo da exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1945.

_____. Alguns tipos de colchas indo-portuguesas na Coleção do Museu de Arte Antiga. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 1-21, 1949.

MENESES, Avelino de Freitas. Angra na rota da Índia: funções, cobiças e tempos . In: MATOS, Artur Teodoro; REIS, Luis Filipe (Coord.). *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos: actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: [s. n.], 1998. p. 721-740.

MIRANDA, Eufemiano de Jesus. *Literatura indo-portuguesa dos séculos XIX e XX: um estudo de temas principais no contexto sócio-histórico*. 1995. 263 f. Dissertação (Doutoramento) – Universidade de Goa, Mapusa, 1995.

MONTEIRO, Paula. Roupas de cama e outras cousas do lar. In: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Coord.), *O luxo no Porto ao tempo de Filipe II de Portugal (1610)*. Porto: UCP, 2012. p. 149-177.

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA – MNAA. *Colchas Bordadas. Índia, Portugal, China – Séculos XVI/XVIII* (catálogo da exposição). Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, MNAA, 1978.

OLIVEIRA, Luís Pedroso de Lima Cabral de. De Coimbra a Goa: no encaço de Bernardo de Almeida Torres, físico-mor do Estado da Índia, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Imprensa da Universidade, n. 46, p. 145-162, 2015.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991.

OSSWALD, Maria Cristina. *O bom pastor na imaginária indo-portuguesa em marfim*. 1996. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1996.

PEDREIRA, José M., As consequências económicas do Império: Portugal (1415-1822). *Análise Social*, Lisboa, v. 32, n. 146-147, p. 433-461, 1998.

PINTO, Carla Alferes. *A colecção de arte colonial do patriarcado de Lisboa*: proposta de estudo e musealização. 2014. 554 f. Dissertação (Doutoramento) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. 3 v.

_____. A arte ao serviço do Império e das colónias: o contributo de alguns programas expositivos e museológicos para o discurso de legitimação territorial. *MIDAS*, Évora, v. 6, p. 1-17, 2016. Disponível em: <<http://bit.do/ecPij>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

PINTO, Maria Helena Mendes. Pano de armar ou guarda porta. In: PAULINO, Francisco Faria (Coord.). *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: CNCDP, MNAA, IPM, 1995.

RAU, Virgínia. Inventário dos bens da rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança. *Boletim da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XVIII, 1947. (Separata).

REIS, Bruno Cardoso. As primeiras décadas de Portugal nas Nações Unidas: um estado pária contra a norma da descolonização (1956-1974). In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (Org.). *Portugal e o fim do colonialismo*: dimensões internacionais. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 179-215.

RIELLO, Giorgio. The Making of a Global Commodity: Indian Cottons and European trade, 1450-1850. In: CONGRESS OF THE ASIAN ASSOCIATION OF WORLD HISTORIANS, 1, 2010, Seoul. *Proceedings...* Seoul: The Asian Association of World Historians, 2010. p. 1-28. Disponível em: <<http://bit.do/ecSPQ>>. Acesso: 5 abr. 2018.

RITA-FERREIRA, António. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Coleção Ensaios e Documentos, 142, 1982. p. 19-131. (Colecção Estudos, Ensaios e Documentos, 142).

ROBINSON, John Charles. *Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art* (catalogue of the exhibition). London: Sons and Taylor, 1881.

ROMERO, Ana Teresa Guimarães. *Arte Namban no mercado leiloeiro internacional e nacional*. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado) – ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente, séculos XVI-XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 9-40, set. 2001.

SÁ, Isabel dos Guimarães; COMBET, Michel. *Rainbas consortes de D. Manuel I: Isabel de Castela, Maria de Castela, Leonor de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

SANTOS, Reynaldo dos. Goa e a arte indo-portuguesa. *Colóquio*, Lisboa, n. 17, p. 1-9, fev. 1962.

SEQUEIRA, Joana Isabel Ribeiro. *Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. 2012. 313 f. Dissertação (Doutoramento) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto em co-tutela com a École des Hautes Études en Sciences Sociales, Porto, 2012.

SILVA, António de Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v.

SILVA, Jorge Lúzio Matos. *Sagrado Marfim: o Império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. *As bailadeiras. Devadasis, dança e colonialidade na Índia portuguesa – século XVIII: no corpo iconografado uma categoria histórica*. 2016. 346 f. Tese (Doutoramento) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Camila Borges da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Camila Borges da. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011. p. 1-12. Disponível em: <<http://bit.do/ecQoU>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SILVA, Maria Madalena de Cagigal e. *A arte indo-portuguesa*. Lisboa: Excelsior, 1966.

_____. Uma porta indo-portuguesa da ilha de Moçambique. *Revista de Etnografia*, Porto, v. 14, tomo 2, p.303-313, jul. 1970.

_____. Obras de arte indo-portuguesa de carácter mongólico. *Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, Separata de Garcia de Orta, Lisboa, p. 527-533, 1972. (número especial comemorativo do IV centenário da publicação de “Os Lusíadas”).

_____. A história e as relações artísticas entre Portugal e a Índia. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA. ACTAS, p. 373-393. Lisboa: Instituto de Investigação Científica

SOUSA, João José Abreu de. Madeira: referências orientais. In: CLODE, Francisco. *A Madeira nas Rotas do Oriente*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal; Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2005. p. 9-13.

VARADARAJAN, Lotika. Indo-Portuguese textiles – new orientations. In: GRACIAS, Fátima; PINTO, Celsa; BORGES Charles (eds.), *Indo-Portuguese History: Global Trends, Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portuguese History*. Goa, 2005, p. 251–259.

VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca de; GOMES, João Augusto Marques, [Catálogo da] Exposição districtal de Aveiro em 1882. Relíquias da arte nacional, Aveiro, Grémio Moderno, 1883.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *A Exposição d'Arte Ornamental*: notas ao catálogo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

WEATHERILL, Lorna. The meaning of consumer behavior in Late Seventeenth and Early Eighteenth Century England. In: BREWER, John; PORTER, Roy (Coord.). *Consumption and the World of Goods*. London: Routledge, 1993. p. 206-227.

Artigo apresentado em 07/04/2017. Aprovado em 06/11/2017



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License